

A (Re)Discussão dos Fundamentos da Vacinação Humana Obrigatória

2022

João Carlos Carvalho Godinho

A (RE)DISCUSSÃO DOS FUNDAMENTOS DA VACINAÇÃO HUMANA OBRIGATÓRIA

AUTOR

João Carlos Carvalho Godinho

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.º 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Janeiro, 2022

DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

GODINHO, João Carlos Carvalho

A (re)discussão dos fundamentos da vacinação humana obrigatória. – (Ideias jurídicas)

ISBN 978-989-40-0261-1

CDU 342

ÍNDICE

Resumo	7
Abstract	11
Nota prévia	13
Lista de abreviaturas	17
Prefácio	19
Introdução	21
I. A proteção da saúde como interesse público e como direito e dever fundamental	33
1. A evolução do conceito de saúde	33
2. O direito fundamental à proteção da saúde ...	37
3. A concretização legislativa ordinária	46
II. A vacinação como forma de proteção da saúde	57
1. Os invocados benefícios da vacinação	57
2. A discussão da hesitação ou recusa vacinal	66
3. A suscetibilidade de intervenção estadual	70

III. A suscetibilidade jurídico-constitucional de imposição da vacinação obrigatória.	77
1. A reiteração dos requisitos de restrições (legais) a direitos fundamentais.	77
2. Os direitos e valores em conflito na vacinação obrigatória de adultos capazes.	82
2.1. A vacinação obrigatória e o direito à integridade pessoal	84
2.2. A vacinação obrigatória e o direito ao desenvolvimento da personalidade	89
2.3. A vacinação obrigatória e a liberdade de consciência e de religião	93
3. A vacinação obrigatória das pessoas incapazes de se autodeterminarem	103
3.1. A vacinação obrigatória dos menores	104
3.2. A vacinação obrigatória das pessoas com anomalia psíquica grave	111
4. A suscetibilidade de imposição de sanções a quem recuse a vacinação	116
Conclusão	125
Bibliografia	137